

O PERFIL DO PROFISSIONAL ARQUIVISTA FORMADO PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

Resumo: O artigo apresenta os resultados obtidos com o desenvolvimento da pesquisa realizada entre 2011 e 2012, para a elaboração da monografia “O perfil do profissional arquivista formado pela Universidade Federal de Santa Maria”, apresentada na Pós-Graduação Especialização *Lato Sensu* Gestão em Arquivos da Universidade Federal de Santa Maria, em 2012. A pesquisa classifica-se como descritiva de abordagem qualitativa/quantitativa, sendo que para a coleta de dados foi realizada uma entrevista estruturada com as duas últimas coordenações do Curso de Arquivologia da UFSM, bem como aplicado um questionário à turma de arquivistas da UFSM formados tanto em cerimônia de “colação de grau” ou “gabinete” no ano de 2001. Frente a atual realidade que circunda o mundo profissional, o tema da pesquisa surgiu do interesse em analisar como se deu a inserção dos arquivistas graduados pela Universidade Federal de Santa Maria no ano de 2001 ao mercado de trabalho, e como foram suas trajetórias profissionais, bem como procurar informações sobre os aspectos relacionados à capacitação profissional, relações com as instituições empregadoras, relações interpessoais de trabalho e legalização e reconhecimento profissional. Os resultados desse estudo são apresentados a seguir.

Eliseu dos Santos Lima
Especialista em Gestão em Arquivos pela
Universidade Federal de Santa Maria
(UFSM)

eliseudsi@yahoo.com.br

Fernanda Kieling Pedrazzi
Professora do departamento de
Documentação da Universidade Federal de
Santa Maria (UFSM).

fernanda.pedrazzi@gmail.com

Palavras-chave Arquivista. Formação. Atuação profissional. Mercado de trabalho.

PROFESSIONAL PROFILE ARCHIVIST FORMED BY THE FEDERAL UNIVERSITY OF SANTA MARIA

Abstract: The article presents the results obtained from the development of the research conducted between 2011 and 2012, for the preparation of the monograph "The archivist professional profile from the Federal University of Santa Maria," presented at the Graduate Specialization *Lato Sensu* Management Archives in University Federal of Santa Maria, in 2012. The survey classified themselves as descriptive qualitative / quantitative, and for data collection was a structured interview conducted with the last two coordinations Course Archivology UFSM as well as a questionnaire to the class of trained archivists UFSM both in ceremony of "graduation" or "cabinet" in 2001. Facing current reality surrounding the professional world, the theme of the research came from the interest in analyzing how was the insertion of archivists graduated from the Federal University of Santa Maria in 2001 to the labor market, and how were their professional careers as well how to search for information on aspects related to professional skills, relationships with employing institutions, interpersonal relations and working legalization and professional recognition. The results of this study are presented below.

Keywords: Archivist. Formation, Professional acting. Labor market.

1 INTRODUÇÃO

Em todas as épocas, a informação é um elemento essencial para a sociedade, tanto para garantia de prova, como para comprovação de direitos adquiridos.

Com o desenvolvimento e a burocratização das organizações, aliados ao acelerado desenvolvimento da tecnologia, nota-se o crescimento na produção e acumulação de documentos, o que demanda a procura por profissionais capacitados para gerir toda essa gama de informações.

O arquivista é o profissional capacitado para atuar com a gestão documental e só a ele é permitido o exercício da profissão segundo a Lei nº 6.546/1978, que regulamenta a profissão e diferencia as atribuições de arquivistas e técnicos de arquivo.

O momento de inserção ao mercado de trabalho por qualquer profissional é marcado por indagações de como agir perante a nova vida que lhe espera. Procurar atuar em determinado setor, buscar qualificação e capacitação para trabalhar e manter-se num mercado que cada vez mais competitivo requer um profissional polivalente para dar conta das constantes exigências que o exercício da profissão traz.

Dessa forma, o arquivista precisa estar preparado para atuar frente a situações diversas que surgirão a partir das atividades do seu dia a dia profissional, principalmente, as advindas das Tecnologias da Informação e Comunicação, com presença marcante atualmente nos arquivos.

O artigo apresenta os resultados obtidos com o desenvolvimento da pesquisa realizada entre 2011 e 2012, para a elaboração da monografia “O perfil do profissional arquivista formado pela Universidade Federal de Santa Maria”, apresentada na Pós-Graduação Especialização Lato Sensu Gestão em Arquivos da Universidade Federal de Santa Maria em 2012.

A pesquisa classifica-se como descritiva de abordagem quali/quantitativa, que utilizou técnicas padronizadas para a coleta de dados, como a entrevista, aplicada com as duas últimas coordenações do Curso de Arquivologia da UFSM e o questionário, aplicado com os egressos do Curso de Arquivologia da UFSM do ano de 2001, visando o levantamento das informações para análise dos dados. Os dados coletados além de serem analisados quantitativamente e expressos em tabelas, gráficos e quadros, foram também expressos qualitativamente, uma vez

que o questionário previa questões abertas que não poderiam ser analisadas quantitativamente, as quais apresentaram aspectos relevantes através das opiniões dos egressos entrevistados, que não poderiam ser desconsideradas, as quais foram também analisadas e discutidas de acordo com os referenciais teóricos.

Essa pesquisa questionou a turma de arquivistas formada em 2001 (turma escolhida como amostra do estudo). A escolha por essa parcela de egressos deu-se pelo fato de, na época de realização do estudo, esta ser a turma que havia colado grau há dez anos. Daí surgiu a ideia de verificar aspectos da formação propiciada a estes egressos, como ocorreu a inserção no mercado de trabalho e como estava sendo a trajetória profissional desses arquivistas em dez anos de atuação no mundo laboral.

A coleta dos dados para identificar o perfil do profissional formado há dez anos pelo Curso de Arquivologia da UFSM deu-se por intermédio de uma entrevista estruturada com os dois últimos Coordenadores do Curso, para levantar informações iniciais e conhecer o universo dos arquivistas formados no ano de 2001, bem como por meio de um questionário, aplicado ao universo da pesquisa.

O questionário, após ser submetido à correção da professora orientadora, e apreciação de mais três professores do Departamento de Documentação do Centro de Ciências Sociais e Humanas da UFSM para validação, foi disponibilizado para preenchimento aos egressos durante um mês, de 14 de março a 14 de abril, no primeiro semestre de 2012. O questionário possuía 45 questões, dividido em seis blocos temáticos que contemplavam as seguintes indagações: aspectos socioeconômicos, formação acadêmica e capacitação profissional, inserção no mercado de trabalho e atuação profissional, relação com a instituição empregadora atual, relações interpessoais de trabalho e legalização e reconhecimento profissional.

O levantamento dos dados para investigação foi totalmente virtual, através da aplicação do questionário, via endereço eletrônico da população questionada, os quais foram obtidos por meio de contatos através das listas de discussões comuns à arquivística na *internet*, bem como pelos *sites* de relacionamento que congregam comunidades virtuais voltadas ao Curso de Arquivologia da UFSM (*Facebook, Twitter*). Além da busca pelo universo pesquisado nos *sites* da *Web*, o contato com estes foi realizado ainda, por intermédio dos arquivistas que mantinham contato com os demais egressos do ano de 2001, bem como professores do Departamento de Documentação da UFSM e representante da Associação dos

Arquivistas do Rio Grande do Sul (AARGS), que colaboraram para que alguns egressos fossem localizados por *e-mail*.

Dos 23 egressos que colaram grau em 2001, 22 receberam o questionário para levantamento dos dados, sendo que 15 questionários foram devolvidos, perfazendo um percentual de 68,18% questionários respondidos.

De posse dos questionários respondidos foi realizada a tabulação dos dados em tabelas, gráficos e quadros, com o objetivo de melhor apresentar os resultados alcançados, na forma de monografia de especialização. Os resultados obtidos com a realização desse estudo são apresentados a seguir, descritivamente, para cumprir o objetivo da pesquisa e aprofundar os conhecimentos sobre o tema.

2 O PERFIL DO PROFISSIONAL ARQUIVISTA FORMADO PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

Para que fosse traçado o perfil do arquivista formado pela UFSM, foi necessária a análise de um conjunto de fatores que buscou identificar aspectos relacionados à formação e atuação desse profissional. Nesse sentido, o processo de análise e discussão dos resultados seguiu a ordem dos blocos de perguntas do instrumento de coleta de dados, que são as características socioeconômicas, formação acadêmica e capacitação profissional, inserção no mercado de trabalho e atuação profissional, relação com a instituição empregadora atual, relações interpessoais de trabalho e legalização e reconhecimento da profissão na ótica dos arquivistas formados pela UFSM, com pelo menos dez anos de atuação profissional.

Dessa forma, é apresentada a seguir a análise dos dados obtidos através da realização da pesquisa, com o objetivo de relacioná-los e discuti-los com a teoria arquivística de forma que justifique os seus significados.

2.1 Características socioeconômicas

A análise dos aspectos socioeconômicos dos arquivistas, relacionada ao gênero mostrou que 73% dos egressos era constituída por pessoas do sexo feminino e 27% do sexo masculino. Essa panorâmica já foi apresentada em outras pesquisas, como a realizada por Link (2009), cujo resultado apontou a predominância de arquivistas mulheres atuando no

mercado de trabalho. Em pesquisa mais recente, Souza (2011) informa que em todo o Brasil, é maior a frequência de profissionais do sexo feminino. Zanini (2010) também enfatiza que a predominância feminina entre os egressos dos cursos de Arquivologia é comum.

No que diz respeito à faixa etária, a predominância era de arquivistas entre 30 a 34 anos (80%), com menor frequência entre os que possuíam entre 35 a 39 anos (13%) e 45 a 49 anos (7%), o que indica que boa parte dos egressos ingressou ainda muito jovem na Universidade.

Em relação ao estado civil, verificou-se que 46% dos arquivistas enquadravam-se na categoria de casado (a), 27% na de solteiro (a), 20% na categoria de união estável e 7% na de separado (a) e/ou divorciado (a).

A pesquisa mostrou que 60% dos arquivistas ainda não possuíam filhos, talvez por se tratar de um grupo ainda jovem. Entre os arquivistas que possuíam filhos (40%), a predominância era da parcela que possuía apenas um filho (67%). Apenas um arquivista informou possuir dois filhos (33%). Essa perspectiva pode estar relacionada à atual situação familiar, como indica Link (2009) em que as mulheres necessitam estar inseridas em uma atividade produtiva remunerada, visando melhores condições de vida.

A renda salarial mensal dos arquivistas também foi pesquisada, sendo utilizado como base o Salário Mínimo vigente na época de realização do estudo (R\$ 622,00), que de acordo com Souza (2011, p.187) “é um indicador atribuído pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, aos trabalhadores para garantir os gastos de uma família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte, entre outros”. Nesse sentido, 47% dos arquivistas apontaram receber de cinco até seis salários mínimos, e 27% de sete a oito salários mínimos, 13% dos pesquisados tinham renda de três até quatro salários mínimos, enquanto que 13% dos arquivistas afirmaram receber mais de dez salários mínimos. Essa realidade indica que os arquivistas pesquisados são bem remunerados e, como aponta Link (2009) “para a realidade salarial do Brasil, os arquivistas recebem salários dignos”.

Pelos resultados obtidos, verificou-se que 93% dos arquivistas eram provenientes de cidades do Rio Grande do Sul, com maior incidência de egressos nascidos em Santa Maria e demais cidades da região central do Estado. Boa parte dos arquivistas residia e trabalhava em grandes centros urbanos, capitais de estados, como Porto Alegre – RS (33%) Brasília – DF (13%), Curitiba – PR (13%), e Rio de Janeiro – RJ (7%). Isso pode ser justificado pela

constatação de Lopez (2008) em que “regiões nas quais há grande ocorrência do graduado em Arquivologia como Rio de Janeiro, Porto Alegre e Brasília, os cargos são preenchidos por profissionais portadores de diploma específico”. Outra justificativa advém da pesquisa realizada por Souza (2011) que constatou que os espaços geográficos onde se oferecem os cursos é onde surgem com mais frequência oportunidades de emprego, ou seja, se encontra uma maior demanda do mercado laboral. Com exceção de Curitiba, onde não é ofertada a graduação em Arquivologia, mas mesmo assim ocorreu o registro de profissionais atuando, constata-se que Porto Alegre, Brasília e Rio de Janeiro são cidades com mercado de trabalho em potencial para o arquivista. As demais localidades de residência dos arquivistas eram: Santa Maria – RS (13%), Canoas – RS (7%), Rio Grande – RS (7%) e São Luiz Gonzaga – RS (7%).

Com relação à localidade de trabalho, Porto Alegre foi a cidade com maior predominância de profissionais atuando (40%), seguido por Curitiba – PR (13%) e Brasília – DF (13%). As demais localidades de trabalho citadas pelos arquivistas eram: Rio de Janeiro – RJ (7%), Rio Grande – RS (7%), Santa Maria – RS (13%) e Horizontina – RS (7%). A maioria dos arquivistas trabalhava na mesma localidade em que residiam (87%), sendo que apenas 13% pesquisados residiam e trabalhavam em cidades diferentes: Canoas/Porto Alegre e São Luiz Gonzaga/Horizontina, respectivamente.

2.2 Formação acadêmica e capacitação Profissional

Como afirma Souza (2011, p.120) “a formação não se esgota no nível de graduação [...] a formação é um processo contínuo principalmente no caso dos arquivistas que acompanham as atualizações em seus processos de trabalho”. O que se justifica pela fala de Maldaner (2010, p.11) quando diz que “a educação é a base do sucesso do sujeito, para tanto se quer, através deste, motivar a educação continuada como um processo de aprender permanentemente, em que o sujeito aprende e compartilha o que sabe”.

Nesse sentido, a análise das peculiaridades relacionadas com a formação acadêmica e a capacitação profissional dos arquivistas são indispensáveis para conhecer a realidade em que estão inseridos.

A maioria dos arquivistas formados pela UFSM no ano de 2001 (93%) possuía apenas a graduação em Arquivologia. Somente um arquivista (7%) destacou possuir graduação em Ciências Sociais, tendo concluído antes de ingressar no Curso de Arquivologia.

O resultado da pesquisa mostrou que 60% dos arquivistas consideravam-se preparados em parte para ingressar no mercado de trabalho logo após terem concluído a graduação, 27% afirmaram estar preparados e 13% apontaram não se sentir preparados para ingressar no mundo laboral logo após a conclusão da graduação.

Percebeu-se com as justificativas a respeito desse questionamento que grande parte dos arquivistas sentiam-se inseguros, por serem ainda muito imaturos para ingressarem no mercado de trabalho, e por sentirem uma necessidade de maior preparo prático. Por outro lado, outros acreditavam que a realização de estágios extra-curriculares ainda na graduação ajudaram na preparação para o futuro profissional.

Muitos sentiam-se inseguros com a gestão de arquivos digitais, por ser uma área que estava surgindo há dez anos. Outra necessidade apontada pelos entrevistados diz respeito a uma maior preparação para trabalhar com consultoria de arquivo e maior aprofundamento em legislação arquivística. Outros apontaram ainda que é primordial para o arquivista estar em constante atualização, pois a melhor preparação para a atuação profissional advém das vivências do próprio mercado de trabalho. O que se justifica através da ideia de Bellotto (2004, p.302) quando diz que “só um constante treinamento e cada vez mais experiência permitem aos arquivistas intervir definitivamente na implantação de diversos programas aprovados pela administração das instituições e converter-se em eficazes conselheiros para a solução de problemas”. Já, Sousa (2008) entende que “a atividade arquivística é essencialmente intelectual e não pode ser reduzida a um conjunto de técnicas previamente elaboradas, como receitas”. Dessa forma o arquivista deve saber aliar a teoria à prática para melhor desenvolver suas atividades.

A formação se vincula ao desenvolvimento do profissional no mercado laboral (SOUZA, 2011, p.209). Nesse sentido, a formação propiciada pelo Curso de Arquivologia da UFSM na visão de 40% dos pesquisados atendia às necessidades do mercado de trabalho e para 60% dos egressos a formação atendia às exigências do mundo laboral em parte. Talvez essa afirmativa se justifique pela percepção de Oliveira (2010, p.9) quando diz que “as formações necessitam de uma abordagem mais ampla e menos tecnicista”, ou seja, é premente que com as rápidas inovações tecnológicas e na maneira como a informação é produzida, que

haja reformulações curriculares voltadas para a formação de um arquivista atento as constantes mudanças do seu círculo profissional.

Richter (2004, p.81) lembra que “o ensino de graduação em Arquivologia esteve alicerçado nas matérias do currículo mínimo, bastante defasado pelos anos que se passaram e pela evolução da cultura, da ciência e da tecnologia”. A autora afirma ainda que com a Lei de Diretrizes e Bases, desde 1996 as instituições de ensino superior podem fixar os currículos para seus cursos, desde que observem as diretrizes pertinentes. De acordo com Souza (2011, p.111) “para a criação de novos currículos e/ou reformulação dos existentes, indica-se um diálogo entre os agentes de formação e os espaços de trabalho”. Zanini (2010, p.27) também acredita que “a formação do profissional de arquivologia deve ser planejada e desenvolvida considerando-se a realidade concreta do campo de atuação profissional”.

A capacitação profissional é requisito primordial para o arquivista que deseja cumprir suas atividades de acordo com a realidade que o circunda. Nesse sentido, Ramos (2008, p.25) acredita que “o arquivista tem de investir em seu talento, qualificando-se e buscando seu aprimoramento contínuo, a fim de que possa acompanhar a evolução dos princípios teóricos e dos processos tecnológicos aplicados em sua área, que, na atualidade, mudam constantemente”. Ideia que é compartilhada por Oliveira (2010, p.11) quando diz que é importante o investimento por parte dos profissionais “na educação continuada, especialmente, para a melhoria no desempenho das atividades multidisciplinares, administrativas e gerenciais”.

O Código de Deontologia divulgado pelo Conselho Internacional de Arquivos (CIA) em Pequim, no ano de 1996, já previa que os arquivistas devem procurar melhorar o nível profissional, renovando sistematicamente e continuamente os seus conhecimentos arquivísticos e partilhando os resultados das suas investigações e da sua experiência, como forma de contribuir para o progresso da arquivística.

Como afirma Link (2009, p.41) “a busca pelo aperfeiçoamento em cursos de pós-graduação demonstra a preocupação dos arquivistas em buscar qualificação, produzindo novos conhecimentos em benefício da arquivística”. Já, Zanini (2010, p.47) afirma que “várias razões podem levar alguém a cursar uma pós-graduação, como por exemplo: aumentar o salário, atualizar-se, mudar de profissão, fazer contatos, aprofundar-se na sua formação”.

A pesquisa mostrou que a grande maioria dos arquivistas pesquisados (73%) já possuía pós-graduação concluída, em detrimento de 27% que ainda não possuía. Entre os

egressos que informaram possuir ou estar fazendo pós-graduação, 66,66% disseram ter especialização concluída, 6,66% especialização em andamento, 26,66% mestrado concluído, 6,66% mestrado em andamento, 6,66% doutorado em andamento. Nenhum dos egressos pesquisados possuía doutorado concluído. Dessa forma, infere-se que os arquivistas estão procurando se qualificar, sendo que estão envolvidos nos três níveis da pós-graduação, embora ainda seja baixa a procura por qualificação nos níveis de mestrado e doutorado.

A área de formação na pós-graduação apresentou uma variedade de programas, especialmente em Administração, Gestão em Arquivos, Gestão Pública, Patrimônio Cultural, Informática, Engenharia de Produção e História, o que pode ser justificado pela constatação de Jardim (2011, p.66) quando afirma que “a ausência de um programa de mestrado e doutorado em Arquivologia parece ter provocado, nos últimos anos, uma procura, por parte dos arquivistas, de programas de pós-graduação de outras áreas [...] em história, administração, educação, engenharia da produção etc.”.

O resultado mostra que a formação continuada é uma preocupação dos egressos da UFSM, como justifica a pesquisa realizada por Souza (2011, p.192) onde ficou demonstrado que “a formação continuada é frequente nos graduados de Arquivologia, sobretudo naqueles que trabalham na área”.

O bom índice de arquivistas pós-graduados pode ainda ser explicado através da ideia de Elesbão (2011, p.33) que explica que “devido à criação de novos cursos de especialização e aos cursos de Pós-Graduação à Distância, como é o caso do Curso de Especialização a Distância *Lato Sensu* em Gestão em Arquivo da UFSM e Universidade Aberta do Brasil (UAB) e ao incremento salarial que é promovido aos servidores públicos que possuem Pós-graduação”.

Ficou constatado que os arquivistas que não atuavam na área davam preferência a programas de pós-graduação voltados ao desenvolvimento das atividades que desempenhavam, como Desenvolvimento Econômico e Social, Gestão de Projetos e Psicologia.

Falar um idioma fluentemente já não é mais um diferencial profissional, mas sim um pré-requisito para quem busca uma vaga no mercado de trabalho ou pensa em crescer profissionalmente (ZANINI, 2010, p.50). Duarte (2006, p.6) infere que o perfil profissional do arquivista “supõe acompanhamento da evolução das tecnologias da informação e da produção do conhecimento e domínio de, pelo menos, uma língua estrangeira. Isso faz o seu

diferencial”. A grande maioria dos arquivistas pesquisados (73%) afirmou ter conhecimento sobre outro idioma (falar, ler ou escrever), desses 20,00% era em inglês e espanhol, 13,33% em inglês, 13,33% em espanhol, 6,66% em italiano, 6,66% em alemão, 6,66% em inglês e italiano e 6,66% em inglês, espanhol e italiano.

Rodrigues (2002) afirma que a base de uma profissão é composta pela formação, a prática profissional e a pesquisa, e que esses três componentes devem interagir constantemente. Nesse sentido, a pesquisa mostrou que houve certo envolvimento dos arquivistas com alguma atividade técnico-científica (47%), mas aquém do esperado, visto que 53% dos pesquisados apontou não ter desenvolvido pesquisa científica após a conclusão da graduação. O que se comprova pela constatação de Zanini (2010, p.27) quando afirma ser “escassa a participação do arquivista graduado na produção do conhecimento”.

Essa tendência talvez se justifique, pois, há dez anos, época da formação do grupo pesquisado, o Curso de Arquivologia não exigia o desenvolvimento de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), o que pode ter afastado os egressos do mundo científico. Souza (2011) já havia apontado como preocupante a quase inexistência de atividades de pesquisa científica na formação dos arquivistas no Brasil. No entanto, Sousa (2008, p.13) enfatiza que na “Arquivística, o progresso resulta do desenvolvimento dos conhecimentos e é impossível imaginar esse desenvolvimento sem o aporte da pesquisa”.

A investigação mostrou a maior incidência de realização de pesquisas científicas entre os egressos que se envolveram em programas de pós-graduação, nos níveis de mestrado e especialização. O que em parte se justifica através da constatação de Marques, Roncaglio e Rodrigues (2011) quando afirmam que a ampliação da pesquisa em arquivologia em vários programas de pós-graduação, com dissertações e teses com temáticas arquivísticas, vem resultando no aumento da comunicação científica da área, seja em congressos, artigos ou livros. O resultado da pesquisa com os egressos da UFSM mostra um contraponto a ideia das autoras, visto que dos 47% que afirmaram ter se envolvido em alguma atividade científica, quando indagados sobre apresentar ou publicar os trabalhos e/ou artigos em anais de eventos da área ou em revistas científicas, 33,33% disseram não tornar público os resultados das pesquisas. A publicação de trabalhos científicos, de acordo com os resultados (13,23%), estava centralizada entre os poucos egressos que atuavam com a área da docência universitária em cursos de Arquivologia.

No que concerne a esse assunto, Jardim (2011, p.68) é enfático ao afirmar que “enquanto não contarmos com programas de pós-graduação *stricto sensu* na área, dificilmente a pesquisa em arquivologia no Brasil terá um papel central na institucionalização do próprio campo”.

Bellotto (2004), ao retratar sobre as constantes renovações que devem permear a vida profissional do arquivista, diz que é preciso dar maior ênfase a treinamentos, leituras da produção recente, contatos em congressos e visitas técnicas, devendo haver um maior intercâmbio entre os arquivistas. Afirma ainda que, no tocante a educação continuada, o arquivista pode participar de cursos, oficinas, seminários, palestras, estudos em grupo que podem ser presenciais, semipresenciais ou a distância.

Em virtude das constantes transformações que norteiam os avanços tecnológicos, o arquivista fica em busca de uma constante qualificação profissional (ELESBÃO, 2011, p.45). Essa mesma perspectiva é compartilhada por Link (2009) quando diz que os arquivistas devem buscar o aperfeiçoamento para melhor exercer sua profissão.

Nesse sentido, o resultado da investigação mostrou que a maioria dos arquivistas (67%) participa dos eventos arquivísticos em detrimento de 27% que informaram não participar e 6% que não opinou. Desses, 20,00% participam de eventos pelo menos uma vez ao ano, seguido pelos arquivistas que participam semestralmente (13,33%) e pelos que participam bimestralmente (6,66%), bianualmente (6,66%), quando possível (6,66%), quando necessário melhorar profissionalmente (6,66%) e raramente (6,66%). Ou seja, pode-se afirmar que embora os arquivistas não publiquem ou apresentem o resultado de pesquisas, estes participam dos eventos da área para buscar o aperfeiçoamento profissional.

2.3 Inserção no mercado de trabalho e atuação profissional

É a partir da inserção ao mercado de trabalho que se obtém a compreensão sobre uma profissão, sendo que o reconhecimento desta atividade é uma necessidade latente inerente da própria condição humana, visto que o homem vislumbra se sentir útil e reconhecido (LINK, 2009, p.11). Souza (2011, p.178) afirma que “o ingresso dos arquivistas no mundo do trabalho ocorre, com frequência, de quatro modalidades: concurso público, contrato temporário, contrato por tempo indeterminado e processo seletivo”.

A forma de inserção dos egressos ao mercado de trabalho logo após concluírem a graduação teve uma variedade de respostas, predominando os arquivistas que ingressaram na vida profissional por intermédio de contrato (47%), processo simplificado/análise de currículo (20%), contrato temporário (13%), concurso público (7%) e outras formas (13%). O que leva a acreditar que na época de inserção dos egressos pesquisados no mundo laboral eram ofertados poucos concursos públicos, visto que somente um dos egressos afirmou ter se inserido no mercado de trabalho através dessa modalidade.

Da população pesquisada, apenas 33% afirmaram não ter desenvolvido atividades arquivísticas já no primeiro emprego, pois a grande maioria dos arquivistas (67%) apontou ter desenvolvido atividades arquivísticas em seu primeiro vínculo empregatício, o que indica certa receptividade ao profissional no mercado de trabalho, visto que suas atividades foram desempenhadas no primeiro contato que tiveram com o mundo profissional.

O resultado da investigação mostrou que a maior parcela de egressos sempre atuou como arquivista, desde que concluiu a graduação, e continuava atuando (46%), seguido de uma parcela menor que atuou como arquivista, mas desempenhava outras atividades (33%), nunca atuou como arquivista (7%), atuou como arquivista, mas não desde que concluiu a graduação (7%) e atuou como arquivista, mas não desde que concluiu a graduação e desempenhava outra atividade (7%). Foi perguntado aos egressos o tempo de atuação como arquivista, questão em que foi percebido que a maior parte dos egressos já atuava no mercado de trabalho há onze anos ou mais (20%), há dez anos (20%), sete anos (13,33%), cinco anos (13,33%), três anos (6,66%), dois anos (6,66%) e nunca atuaram como arquivista (6,66%). Os egressos que apontaram não atuar como arquivistas, desenvolviam suas ações nas áreas de docência universitária em Cursos de Arquivologia (13,33%), educação (6,66%), área de gestão e planejamento (6,66%), sociologia (6,66%), análise de projetos (6,66%) e área bancária (6,66%).

Souza (2011, p. 87) afirma que “no Brasil, a formação se caracteriza por preparar um profissional dotado de conhecimentos teóricos e habilidades para atuar nas três fases do arquivo”. Nesse sentido, a pesquisa procurou averiguar as atividades arquivísticas que os egressos desenvolveram durante suas trajetórias profissionais.

Através dos resultados percebeu-se que os arquivistas estão desenvolvendo a maioria das atividades arquivísticas previstas no instrumento de coleta de dados, com uma frequência maior para as atividades voltadas ao desenvolvimento dos arquivos correntes e intermediários,

especialmente as atividades de classificação (86,66%), avaliação (80,00%), protocolo (60,00%), transferência (66,66%), recolhimento (60,00%), treinamento/instrução de equipe (66,66%), gestão eletrônica de documentos (66,66%) e consultoria (73,33%), em detrimento das demais atividades: descrição (46,66%), conservação preventiva (46,66%), difusão de acervos (33,33%), microfilmagem e diplomática (13,33%), diplomática contemporânea (6,66%), tratamento de documentos especiais (13,33%) e restauração (0,00%). Essa perspectiva já havia sido traçada por Souza (2011, p.182) quando afirma que “o arquivista no Brasil atua com prioridade na gestão de documentos”. A autora afirma ainda que “a práxis arquivística exercida pelo profissional está associada às atribuições definidas na legislação, que, comparadas com as propostas pelos teóricos da área, podem apresentar ampliação do campo de atuação” (SOUZA, 2011, p.182).

Os conhecimentos que os arquivistas mais sentiram necessidade ao desempenharem suas funções também foi alvo da investigação. Pelos resultados obtidos, acredita-se que a grande incidência de apontamentos dos egressos da necessidade por maiores conhecimentos na área de Tecnologia da Informação, como Gerenciamento Eletrônico de Documentos (86,66%), informática (46,66%), digitalização (33,33%) e preservação digital (40,00%) está ligada ao grande desenvolvimento e avanço da área de TI, que há dez anos era ainda muito incipiente, e o currículo em vigor na época não previa disciplinas voltadas totalmente ao desenvolvimento dessas atividades, daí a dificuldade do egresso em se adaptar ao mercado de trabalho que a cada dia exige cada vez mais conhecimentos em tecnologia e informatização dos arquivos.

A necessidade de maior aprofundamento em legislação arquivística apontada por 46,66% dos respondentes acredita-se estar relacionada ao fato de que grande parte dos arquivistas estava desenvolvendo suas atividades em órgãos públicos, o que faz com que as atividades arquivísticas estejam amparadas pela legislação e o conhecimento desta é primordial para o arquivista no desenvolvimento de suas funções.

Este questionamento relaciona-se com a questão anterior, dos egressos sentirem-se ou não preparados para ingressar no mercado de trabalho, após a conclusão da graduação. Na justificativa dos arquivistas a este quesito, já havia sido informada a insegurança quanto à gestão de arquivos digitais, maior aprofundamento em legislação arquivística e melhor preparação para a atuação em trabalhos de consultoria, o que leva a acreditar que as necessidades do início da carreira seguiram ao longo do desenvolvimento da vida

profissional. Ainda, foram apontados como necessidade pelos egressos: conhecimento de outro idioma (20,00%), documentos especiais (13,33%), diplomática contemporânea (13,33%), arquivos especializados (20,00%), arquivos privados e pessoais (20,00%). Outros conhecimentos (13,33%) informados como necessários ao arquivista no desempenho da profissão foram em gerenciamento de projetos e particularidades que envolvessem o trabalho arquivístico em instituições privadas.

A pesquisa procurou saber como os arquivistas classificavam seus conhecimentos no que tange às Tecnologias da Informação e sua aplicação nos arquivos. Sobre isso, Krause (2005, p.5) infere que atualmente o “arquivista tem à sua frente o desafio de conhecer e adaptar-se aos novos suportes e formas de gestão da informação criados pela evolução tecnológica. Novas habilidades foram inseridas ao currículo do arquivista colocando-o como um profissional que deve reconhecer a informática como ponte para seu sucesso, como gestor e mediador da informação”. Bellotto (2004, p.305) também acredita que “a informática está definitivamente incorporada aos arquivos, seja na gestão ou na disseminação da informação de documentos tradicionais, seja na organização e descrição de documentos em suportes isolados concretos, seja nos documentos virtuais, integrantes dos bancos de dados e dos sistemas de comunicações”. Isso faz com que o arquivista “enfrente os avanços e busque o aperfeiçoamento como meio de acompanhar as exigências propiciadas pelas tecnologias da informação” (LINK, 2009, p.21).

Pelos resultados percebeu-se que a maioria dos arquivistas classificava seu domínio sobre as tecnologias da informação aplicadas aos arquivos como sendo bom (40%) ou regular (40%), enquanto que 13% dos egressos classificaram o domínio como sendo ruim e 7% não opinaram. Embora nenhum tenha classificado o domínio como ótimo, percebeu-se que os arquivistas estavam envolvidos com a aplicação de ferramentas voltadas à informatização dos arquivos como GED, *Workflow* e SIGAD. Nesse sentido, Elesbão (2011, p.14) infere que “o arquivista precisa conhecer as funções que são provenientes das novas tecnologias da informação, bem como tentar se adaptar a uma nova realidade que circunda o campo de trabalho”.

Rodrigues (2009, p.25) complementa afirmando que “o arquivista só poderá cumprir suas tarefas profissionais de maneira eficiente se compreender o atual quadro da profissão, considerando a presença marcante das tecnologias da informação e da comunicação e o surgimento de novos suportes documentais”.

2.4 Relação com a instituição empregadora atual

De acordo com Lopez (2008, p.6) o arquivista atualmente possui “um vasto campo de trabalho formado por empresas, instituições e organizações das mais variadas categorias. Neste universo, todas as organizações que mantêm algum tipo de registro formal com o estado brasileiro possuem material arquivístico”. Essa perspectiva é complementada através da ideia de Souza (2011, p.112) quando afirma que “qualquer instituição produtora de informação é um espaço de trabalho potencial para os arquivistas”. A autora apresenta os espaços de trabalho para os profissionais arquivistas: empresas públicas e privadas, instituições arquivísticas públicas e privadas, centros de documentação e informação, universidades e centros de pesquisa, as filmotecas e os museus, os bancos de dados e serviços de consultoria arquivística [...] as clínicas médicas e os hospitais, as instituições culturais e financeiras, as sociedades e cooperativas, os centros de ensino, os arquivos particulares e as consultorias, além dos órgãos dos poderes legislativo, executivo e judiciário, entre outros.

O resultado da pesquisa mostrou que a maioria (47%) dos egressos ocupa o cargo de arquivista nas instituições, o que demonstra que o profissional é reconhecido através do desenvolvimento do seu trabalho. Os egressos que não ocupavam especificamente a função de arquivista (13%), mas desempenhavam funções voltadas aos arquivos nas instituições possuíam os cargos de docente em Cursos de Arquivologia, consultor arquivista e consultor em gestão de arquivos. Os demais egressos (40%) desempenhavam nas instituições os cargos de Consultor de Projetos de Educação, Técnico de Nível Superior da área de Gestão e Planejamento, Técnico Bancário e Sociólogo.

A predominância no regime de trabalho estava entre os arquivistas que pertenciam ao regime estatutário (53%) e celetista (20%). Outras formas de regime de trabalho apontadas pelos egressos foram: autônomo (7%), pessoa jurídica e profissional liberal através da contratação de serviços (13%). 7% não informaram o regime de trabalho ao qual pertenciam.

A maioria dos arquivistas possuía uma jornada semanal de 40 horas de trabalho (67%), predominantemente os que possuem vínculo com instituições públicas, sendo apontadas ainda cargas horárias de trabalho entre 30 e 35 horas (6%) nessa categoria. Outras cargas horárias semanais de trabalho foram apontadas pelos egressos, sendo que 7% informaram trabalhar mais de 40 horas por semana. As menores cargas horárias semanais de trabalho apresentavam-se entre os arquivistas que desenvolviam trabalhos de consultoria nas

instituições, entre 17 e 28 horas semanais de trabalho (20%), isso se explica, pois esses profissionais possuem horários maleáveis podendo decidir a carga de trabalho a ser executada de acordo com as necessidades do empregador.

Quando indagados sobre a esfera da instituição em que atuavam profissionalmente no momento de aplicação da pesquisa, a maioria dos arquivistas informou estar vinculada a instituições públicas, com maior predominância em instituições federais (40%) e estaduais (33%). Isso se explica, pois, como afirma Link (2009, p.44) “as instituições públicas valorizam o aperfeiçoamento do quadro de pessoal, através de um Plano de Carreira. Por isso incentiva a qualificação e concede percentuais de gratificação a serem incorporados nos vencimentos dos profissionais, servindo como um estímulo para a continuação no aperfeiçoamento profissional”. Nessa mesma linha Zanini (2010, p.41) infere que o ingresso no serviço público é cada vez mais comum, “pois este oferece ao mesmo tempo bons salários e estabilidade”. Souza (2011, p.73) acrescenta ainda que “as instituições públicas reconhecem o papel crucial que o arquivista tem que desempenhar na gestão das informações orgânicas”. Talvez esses sejam alguns dos motivos pela grande parcela de arquivistas terem procurado ingressar no serviço público, que de acordo com Zanini (2010, p.41), “é ainda o principal meio dos profissionais com formação em Arquivologia atuarem no mercado de trabalho”.

Ainda que com menor incidência, a pesquisa verificou que os arquivistas estão também atuando em instituições privadas (27%), sobretudo na realização de trabalhos de consultoria arquivística. Isso se justifica através da constatação de Andrade (2009, p.28) que “embora ainda mais solicitado em órgãos públicos, o arquivista vem ganhando espaço na iniciativa privada”.

A forma de ingresso dos arquivistas, nas instituições em que atuavam no momento da investigação, era predominantemente por concurso público/nomeação (73%), com menor incidência entre arquivistas que ingressaram através de contrato com o empregador (14%). 13% não responderam esse questionamento. Essa perspectiva é justificada pela constatação de Souza (2011, p.20) quando afirma que “os sinais mais claros do ingresso do arquivista no mercado de trabalho no Brasil são percebidos, inicialmente, nos anos 90, mas com mais intensidade a partir da década seguinte, com a publicação de diversos concursos públicos, algo que se tornou mais frequente nestes últimos anos graças à iniciativa dos governos brasileiros”.

O ingresso dos arquivistas nas instituições em que atuavam no momento de realização da pesquisa faz um contraponto ao ingresso ao mercado de trabalho logo após a conclusão da graduação, quando a maioria dos egressos afirmou ter ingressado através de contrato ou contrato temporário ou por processo simplificado/análise de currículo. O que leva a constatação de que realmente houve o aumento na oferta de concursos públicos para arquivista nos últimos anos, o que vem absorvendo boa parte dos profissionais formados.

A incorporação dos arquivistas ao mundo do trabalho tem vários requisitos, dos quais se considera o principal a titulação. Tal requisito resulta do cumprimento da lei de reconhecimento da profissão, promulgado em 1978 (SOUZA, 2011, p.179). O resultado da pesquisa em relação a esse quesito vai ao encontro da ideia da autora, já que a maioria dos arquivistas (80,00%) afirmou como maior requisito para o ingresso na instituição a titulação universitária. Outros requisitos apontados pelos egressos foram experiência profissional (40%), referências pessoais (20,00%), conhecimento de informática (13,33%) e conhecimento de idioma (6,66%). Além desses, foi informado ainda como outro requisito para ingresso na instituição a aprovação em concurso público (13,33%).

A investigação mostrou que poucos arquivistas estão à frente de funções de chefia, visto que 67% afirmaram não possuir essa função, enquanto que 27% disseram desempenhar função de chefia de setor/divisão/departamento. 6% não opinaram. O que chama a atenção é que somente um dos egressos que atuava como arquivista desempenhava função de chefia de setor de arquivo. As demais funções de chefia apontadas eram de egressos que não atuavam diretamente como arquivista, sendo elas nas áreas de docência universitária (Coordenador de Curso de Arquivologia), área de gestão e planejamento e sociólogo em fundação pública. Outro fato que chama a atenção é que todos os egressos que respondiam por uma função de chefia possuíam pós-graduação em nível de especialização ou mestrado, o que leva a acreditar que os arquivistas que “procuram o aperfeiçoamento e o aprimoramento são valorizados pelas instituições” (LINK, 2009, p.44).

Quanto ao incentivo ao aperfeiçoamento, a maioria dos arquivistas informou que são subsidiados em parte pelas instituições (53%), enquanto que poucos egressos disseram receber total apoio da instituição para aperfeiçoamento profissional (20%) e não receber apoio algum (20%). 7% não opinaram.

O apoio da administração superior para efetivar as ações do campo arquivístico e para adquirir materiais e equipamentos também foi alvo da pesquisa. No que tange a esse assunto,

a maior parte dos arquivistas apontou serem assistidos em parte pelas administrações das instituições (33%). Já 27% dos egressos afirmaram receber total apoio da administração para efetivar suas ações e adquirir materiais e equipamentos. O que é bastante significativo, pois indica que o trabalho desenvolvido pelos arquivistas é valorizado pelas instituições. Nesse quesito, 40% dos egressos apontaram não atuar como arquivista.

A pesquisa mostrou que 33% dos egressos não estavam satisfeitos com a remuneração salarial, enquanto que 60% dos arquivistas consideravam adequada a remuneração recebida na instituição onde desempenhavam suas atividades. 7% não opinaram quanto a esse quesito. De acordo com o questionamento da renda salarial mensal que variava de cinco a seis salários mínimos, observou-se que de certa forma os egressos estavam satisfeitos com a remuneração salarial.

2.5 Relações interpessoais de trabalho

O Código de Deontologia divulgado durante o CIA em 1996, em Pequim, previa que os arquivistas devem trabalhar em colaboração com os seus colegas e os membros das profissões que lhes são próximas, devendo procurar estimular a colaboração e evitar conflitos com os seus colegas, resolvendo as dificuldades, encorajando o respeito pelas normas arquivísticas e pela ética profissional.

Para Link (2009, p.27) “o trabalho vai muito além do desempenho de uma atividade específica; ele representa relacionamento social, identificação com um grupo, reconhecimento e valorização pessoal, sendo necessário que os indivíduos interajam entre si”.

Para a efetivação das atividades de gestão documental, é necessária a formação de equipes que auxiliarão o profissional especializado nos procedimentos técnicos de organização, mas Elesbão (2011, p.21) lembra que é imprescindível “que existam colaboradores com formação específica que atendam melhor ao progresso e objetivos da organização ou instituição”, onde se insere o arquivista. Dessa forma, a pesquisa procurou saber como é a relação interpessoal de trabalho do arquivista nas instituições. O resultado mostrou que, para a maioria dos egressos (33%), o arquivista é respeitado pelos profissionais de outras áreas da instituição, enquanto que para 13% o arquivista é respeitado às vezes e para 7% não é respeitado. Os demais 47% dos egressos não responderam essa questão por não estarem atuando como arquivista no momento da aplicação da pesquisa.

A investigação também apontou a predominância entre os egressos que acreditavam que o trabalho realizado pelo arquivista é reconhecido e valorizado pelos colegas de outras áreas de formação (40%), já que apenas 13% afirmaram que o trabalho desenvolvido por esse profissional era reconhecido às vezes e nenhum dos egressos acreditava que o trabalho do arquivista não era valorizado e reconhecido. Nesse sentido, Link (2009) afirma que os arquivistas devem possuir autonomia; saber trabalhar em equipe e administrar suas emoções; possuir capacidade de interagir para obter êxito no relacionamento interpessoal.

A maioria dos egressos (40%) afirmou que a opinião do arquivista era levada em consideração quando o debate com não arquivistas era sobre atividades arquivísticas, pois somente 13% informaram que a opinião do arquivista era considerada às vezes. O que demonstra que o arquivista é um profissional respeitado nas instituições. Os demais 47% dos egressos não responderam essa questão por não estarem atuando como arquivista no momento da aplicação da pesquisa.

Questionados sobre o trabalho arquivístico ser compartilhado com outros profissionais, percebeu-se que alguns (13%) acreditavam que o trabalho arquivístico deve ser realizado somente pelo arquivista devido ao seu conhecimento técnico-científico e sua experiência profissional, enquanto que para a maioria dos pesquisados (33%), outros profissionais que trabalham nos arquivos se forem orientados por um arquivista têm muito a colaborar no desenvolvimento das atividades arquivísticas. Para 7% dos egressos nem sempre o trabalho arquivístico pode ser compartilhado com outros profissionais. Os demais 47% dos egressos não responderam essa questão por não estarem atuando como arquivista no momento da aplicação da pesquisa.

Sobre a qualidade técnica de o trabalho ficar comprometida quando não arquivistas realizam atividades arquivísticas, uma pequena parcela de egressos (20%) acreditava que sim, o trabalho fica aquém do que se fosse realizado pelo profissional arquivista. Já para a maioria dos arquivistas (33%) nem sempre o trabalho arquivístico realizado por outros profissionais é inferior ao realizado pelo arquivista, desde que seja orientado, acompanhado e revisado por um profissional qualificado, no caso o arquivista, para que seja confiável. Os egressos justificam ainda que a prática dessas pessoas que muitas vezes trabalham há anos nos arquivos e possuem um vasto conhecimento sobre o acervo, deve ser levada em consideração e ser adequada ao trabalho arquivístico, podendo colaborar com o arquivista no desenvolvimento de suas atividades. Ainda de acordo com os egressos a metodologia

utilizada por esses profissionais pode ser transformada e qualificada pelo profissional arquivista. Os demais 47% dos egressos não responderam essa questão por não estarem atuando como arquivista no momento da aplicação da pesquisa.

2.6 Legalização e reconhecimento da profissão

O arquivista é responsável pelo trabalho intelectual, o de planejar qual a melhor maneira para facilitar e possibilitar a busca/pesquisa pela informação de forma rápida quando qualquer pessoa necessitar. As atividades desempenhadas pelo arquivista compreendem “o planejamento, acompanhamento, direção e orientação do processo documental, o que caracteriza o nível intelectual” (STAHL, 2008, p.18).

A Lei nº 6.546 de 4 de julho de 1978 regulamentou as profissões de arquivista e técnico de arquivo, ficando clara a diferenciação entre as atribuições do arquivista voltadas ao planejamento, orientação, direção, acompanhamento e assessoramento das atividades arquivísticas, ou seja, nível intelectual, das do técnico de arquivo, voltadas à execução das atividades técnicas arquivísticas, o que caracteriza o nível operacional.

Dessa forma, a pesquisa buscou saber se as atividades desenvolvidas pelos arquivistas estariam de acordo com as atribuições previstas na lei da profissão. O maior percentual (47%) foi de egressos que afirmaram que as atividades desenvolvidas nas instituições estavam em consonância com a legislação, embora uma parte significativa dos arquivistas tenha apontado que as atividades estavam previstas em parte (27%) ou não estavam contempladas (13%) na lei que regulamenta a profissão. 13% não opinaram. Nesse sentido, a pesquisa realizada por Souza (2011) já previa que a lei que regulamenta a profissão carece de uma revisão de suas atribuições.

Para Richter (2004) ser arquivista é compreender a história dos arquivos, a profissão, a terminologia, a teoria, a metodologia e o contexto da produção de informações e documentos, bem como a legislação arquivística.

No que se refere a manter-se informado sobre a legislação arquivística vigente a maioria dos arquivistas (60%) afirmou estar a par da legislação concernente aos arquivos, incluindo as resoluções do CONARQ, outra parcela de egressos disse acompanhar a legislação na medida do possível (27%), enquanto que 6% não têm conhecimento da legislação e 7% não opinaram.

A participação dos arquivistas em movimentos associativos também foi alvo da investigação. Souza (2011, p.134) ao tratar sobre a finalidade das associações afirma que “os objetivos principais das associações existentes no Brasil consistem em congregar os profissionais e lutar por seus direitos”, aponta ainda que as associações de arquivistas têm como objetivo máximo atuar na defesa da categoria e organizar cursos e outros eventos com o intuito de melhorar a categoria, além de oferecer alguns benefícios que atendem a todos os associados (SOUZA, 2011, p.134).

Ficou comprovado através dos resultados que havia pouca representatividade entre os pesquisados no que concerne ao associativismo profissional de arquivistas, sendo que a grande maioria (67%) não era filiada a nenhuma entidade ou associação. Os poucos arquivistas (27%) que afirmaram fazer parte de uma associação estavam vinculados à Associação dos Arquivistas do Rio Grande do Sul (AARS) sendo que a filiação ocorreu ainda durante a graduação ou logo após a conclusão do Curso, o que demonstra não haver a tendência do arquivista que já atua a certo tempo no mercado de trabalho vir se filiar em associações. 6% dos egressos não opinaram nessa questão.

Para a maioria dos egressos (80%), a inexistência de um Conselho Federal de Arquivologia era fator fundamental para que a profissão não alcançasse maior reconhecimento no mercado de trabalho. Apenas 13% dos egressos não viam a necessidade de constituição de um conselho, enquanto que 7% não opinaram a esse respeito. Com relação a isso, Elesbão (2011, p.14) afirma que “os graduados encontram dificuldades para ingressar no mercado de trabalho porque não há dispositivo que fiscalize se as organizações estão ou não contratando arquivistas para exercer cargos de sua competência”. Para Link (2009, p.55) “a criação de um conselho poderia trazer maior garantia de reconhecimento e de fiscalização do exercício profissional. Isso propiciaria maior respeito à Lei que regulamenta a profissão do arquivista”.

Souza (2011, p.167) explica que “a ausência de um conselho profissional permite que os arquivistas efetuem seu registro como profissionais no Ministério do Trabalho e Emprego, de acordo com o Decreto nº 93.480 de 29 de outubro de 1986”.

No que diz respeito ao registro de arquivista na Delegacia Regional do Trabalho do Ministério do Trabalho, a pesquisa revelou a predominância (73%) dos egressos que fizeram o registro para exercer a profissão como normatiza a Lei nº 6.546 de 4 de julho de 1978. Embora com pouca incidência (20%), a investigação mostrou que alguns arquivistas ainda

não possuem o registro profissional, o que se justifica através da constatação de Souza (2011, p.168) em que afirma que “com a ausência de um Conselho Profissional, o arquivista deixa de ter a obrigatoriedade de efetuar seu registro profissional”. 7% dos egressos não opinaram nesse quesito.

Pelas respostas dos arquivistas, pode-se perceber que a maior expectativa em relação ao futuro profissional para a maioria dos pesquisados era conquistar maior reconhecimento profissional (33,33%), seguida pelas expectativas de mudar de local de trabalho (26,66%), fazer outra pós-graduação (26,66%), alcançar cargo de chefia (6,66%) e fazer outra graduação (6,66%). Outras expectativas (33,33%) informadas pelos egressos foram: obter registro em um conselho profissional, dar continuidade aos projetos e trabalhos que vinha desenvolvendo e alcançar metas profissionais a longo prazo, que houvesse maior entrelaçamento das áreas da Ciência da Informação e passar em outro concurso público no qual o salário fosse mais adequado às funções exercidas.

A expansão do objeto de estudo da área e as facetas que a informação foi adquirindo através das demandas da sociedade e dos avanços tecnológicos, propiciaram uma maior inserção e visualização do profissional arquivista no mercado de trabalho (COSTA, 2008, p.80). Souza (2011, p.2011) também acredita que “tem-se ampliado as oportunidades no mercado de trabalho para este profissional, e o reconhecimento de suas atribuições começa a mostrar um avanço significativo, principalmente na última década”.

É consensual entre a maioria dos egressos pesquisados (87%) que a profissão de arquivista está em ascensão, e que haverá uma maior visibilidade profissional para a categoria no futuro. 6% acreditavam que a profissão não estava em ascensão e 7% não opinaram. Muitos egressos justificaram essa ascensão através do aumento de Cursos de Graduação em Arquivologia, que hoje está em praticamente todas as regiões do País, a grande oferta de concursos públicos para arquivista, o reconhecimento da profissão e do profissional arquivista no serviço público e o aumento de oportunidades na iniciativa privada, sobretudo nos grandes centros urbanos, ou o profissional ser reconhecido e valorizado em certas regiões do País, como em Brasília. Isso pode ser explicado pela constatação de Oliveira (2010, p.3) quando afirma que “a administração pública foi compreendida como mercado de trabalho para o arquivista em Brasília. Isso se justifica pelo fato de se tratar da Capital Federal, onde a demanda por profissionais está voltada para o serviço público”. Sobre a maior demanda pelo profissional no mercado, Zanini (2010, p.25) entende que “a tendência à oferta de cursos

superiores de Arquivologia parece expressar uma demanda cada vez mais acentuada por parte da sociedade e do Estado em relação à atuação de arquivistas nos setores públicos e privados”.

A questão de maior visibilidade profissional na visão dos egressos depende de muitos fatores, entre os quais se destacam: maior ênfase na formação no que se refere às Tecnologias da Informação, constituição do conselho da profissão, necessidade de qualificação profissional constante (formação continuada), que os arquivistas se imponham mais às atividades intelectuais em benefício dos arquivos e não se dediquem tanto às questões técnicas como arquivar papéis, que haja maior união da categoria por salários mais dignos e maior abertura de vagas em concursos públicos, que muitas vezes são ocupadas por outros profissionais que não os arquivistas, entre eles os bibliotecários.

Essa questão já havia sido levantada por Oliveira (2010) quando afirma que os graduados em Arquivologia constataam a predominância da atuação de profissionais de outras áreas nos cargos de gerenciamento de informações. Essa mesma perspectiva é apresentada na pesquisa realizada por Link (2009) que afirma haver falta de investimentos nos arquivos e profissionais de outras áreas ocupando o espaço do arquivista. Nesse sentido, Elesbão (2011) sugere que as diferenças entre bibliotecários e arquivistas precisam ser mais bem geridas pela formação acadêmica, como forma de diminuir a concorrência, sem sentido, entre esses profissionais.

No entanto, Jardim (2006) infere que há muitos espaços a serem ocupados pelo profissional arquivista no mercado de trabalho. O autor afirma ainda que a maior inserção do arquivista e a sua maior visualização no mercado de trabalho é um processo que tende a se desenvolver. A ideia de Souza (2011, p.24) complementa o pensamento do autor quando afirma que “enquanto existir produção de informação arquivística, novos espaços de trabalho serão abertos para a atuação dos arquivistas”.

2.7 Percepções da coordenação do Curso de Arquivologia

Quanto às percepções das duas últimas coordenações do Curso de Arquivologia, infere-se que a Gestão 2010-2012 acredita que a principal mudança ocorrida através da reformulação do currículo de 1994 para o currículo atual e o impacto no perfil do arquivista formado pela UFSM, está na inserção da iniciação científica através do eixo de pesquisa

(Metodologia da Pesquisa – Seminário I e II – Trabalho de Conclusão de Curso), o que leva a perceber que essa gestão considera que o currículo atual forma um arquivista com uma vertente para a pesquisa. Essa gestão da coordenação acredita ainda que para uma reformulação futura no currículo do curso seria necessária a inclusão de conteúdos relacionados à Gestão Arquivística de Documentos Digitais, estatuto do documento digital, SIGADs, Diplomática contemporânea, etc. O que vem ao encontro das necessidades de formação apontadas pelos egressos, para que pudessem melhor desempenhar suas funções. De acordo com o Coordenador que esteve à frente dessa gestão, o arquivista teria um período em torno de três anos para se firmar no mercado de trabalho.

Na visão da última coordenação do Curso (Gestão 2012-2014) seria necessária uma investigação mais aprofundada para que se pudessem estabelecer quais foram as principais mudanças que ocorreram na formação dos arquivistas graduados pelo currículo de 1994 para o de 2004. Mas, infere que pelo currículo de 2004 houve a incorporação de disciplinas voltadas ao uso das tecnologias como ferramentas para o desenvolvimento das atividades arquivísticas. Essa gestão considera que o currículo ideal dificilmente será alcançado, principalmente em decorrência das rápidas e constantes mudanças que se processam no ambiente de atuação do arquivista. No entanto, a coordenação infere que mudanças devem ocorrer na abordagem adotada pelos professores em ministrar as disciplinas, onde deve-se buscar apresentar novidades que venham a contribuir para a formação de arquivistas pró-ativos. Esta coordenação acredita que o arquivista leva um tempo em torno de cinco anos para se estabilizar no mercado de trabalho.

Percebe-se que as duas coordenações tem pensamentos distintos no que se refere a comparação dos dois últimos currículos do curso de Arquivologia da UFSM, sendo que uma considera como ponto positivo a inserção da iniciação científica no currículo atual e a outra a incorporação de disciplinas relacionadas ao uso das tecnologias no desenvolvimento das atividades arquivísticas.

Quanto às possíveis futuras alterações curriculares, uma acredita que deveria ter maior incremento no que diz respeito aos conteúdos relacionados à Gestão Arquivística de Documentos Digitais e a outra acredita que dificilmente o currículo ideal será alcançado e considera que deve haver mudanças na forma como os professores apresentam novidades quando assumem as disciplinas para que isso tenha impacto na formação dos arquivistas.

3 CONCLUSÃO

A seguir são apresentadas as constatações finais após a análise dos resultados que ajudaram na identificação do perfil dos arquivistas formados pelo Curso de Arquivologia da Universidade Federal de Santa Maria.

Através da verificação de seis variáveis pré-determinadas: aspectos socioeconômicos, formação acadêmica e capacitação profissional, inserção no mercado de trabalho e atuação profissional, relação com a instituição empregadora atual, relações interpessoais de trabalho e legalização e reconhecimento profissional, foi possível identificar o perfil dos arquivistas formados pelo Curso de Arquivologia da UFSM no ano de 2001, como foi a inserção e como estava sendo a atuação desses profissionais no mercado de trabalho.

Além da identificação do perfil do profissional, o estudo também demonstrou que, para os arquivistas pesquisados, a maior expectativa profissional em relação ao futuro é conquistar maior reconhecimento profissional, e para que a profissão conquiste maior visibilidade, a formação deve dar maior ênfase às Tecnologias da Informação e legislação arquivística, que seja constituído o conselho da profissão, que os arquivistas procurem se qualificar constantemente e se dediquem mais às atividades intelectuais em benefício dos arquivos, que haja maior união da categoria na luta por salários mais dignos e que a abertura de vagas nos concursos públicos sejam destinadas ao profissional arquivista e não a outros com formação semelhante.

A pesquisa permitiu contribuir com o Curso de Arquivologia, uma vez que apresentou na visão dos egressos, as fragilidades na formação e possíveis mudanças necessárias de ocorrerem em uma futura revisão curricular. A investigação contribuiu ainda para o enriquecimento do conhecimento científico da área arquivística, visto que colaborou com a produção científica na linha de pesquisa em formação/atuação profissional.

Espera-se que a partir dos resultados desse estudo, novas pesquisas possam ser desenvolvidas, pois a realização de investigações sobre a formação propiciada aos egressos e a atuação do arquivista no mercado de trabalho possibilitam o entendimento dos desafios que este profissional enfrenta no mundo laboral, e colaboram para dar maior visibilidade à profissão.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Ricardo Sodré. **Iniciativa Privada abre espaço para arquivistas**. 2009. Disponível em: <<http://www.g1.globo.com/sites/especiais/noticias/0,,MUL964339-15526,00-INICIATIVA+PRIVADA+ABRE+ESPACO+PARA+ARQUIVISTAS.html>>. Acesso em: 20 jan. 2011.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **O arquivista na sociedade contemporânea**. In: BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos Permanentes: tratamento documental*/Heloísa Liberalli Bellotto – 2. ed. Ver. e ampl. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

COSTA, Larissa Cândida. **Entre a formação e o trabalho: o arquivista diante das novas demandas sociais e organizacionais em matéria de informação**. 2008. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

DUARTE, Zeny. **Arquivo e arquivista: conceituação e perfil profissional**. In: Congresso Nacional de Arquivologia, 2, 2006, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre: AARGS, 2006.

ELESBÃO, Ildo. **Arquivistas diplomados pela UFSM e sua presença no mercado de trabalho: análise de egressos de 2005 a 2009**. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquivologia) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2011.

JARDIM, José Maria. CARDOSO, Julio Cesar. **Entrevista com José Maria Jardim**. Arquivistica net. Rio de Janeiro, v.2, n.1, p.7-21, jan/jun. 2006. Disponível em: <www.arquivistica.net>. Acesso em: 20 jan. 2011.

JARDIM, José Maria. **A pesquisa como fator institucionalizante da Arquivologia enquanto campo científico no Brasil**. In: MARQUES, Angelica Alves da Cunha. RONCAGLIO, Cynthia. RODRIGUES, Georgete Medleg Rodrigues. *A formação e a pesquisa em Arquivologia nas universidades públicas brasileiras*. I Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia/ Angélica Alves da Cunha Marques, Cynthia Roncaglio e Georgete Medleg Rodrigues, organizadoras. – Brasília: Thesaurus, 2011.

KRAUSE, Carla. PAGANINI, Geison. PROVEDEL, Attilio. **A atuação do arquivista no desenvolvimento e na administração de sistemas de informação computadorizados**. In: Congresso de Arquivologia do Mercosul, 6, 2005, Campos do Jordão. Anais... Campos do Jordão: ARQSP, 2005.

LINK, Jocelaine Zanini Rubim. **O mercado de trabalho dos arquivistas sócios da Associação dos Arquivistas do RS (AARS)**. 2009. Monografia (Especialização em Gestão em Arquivos) – Universidade Federal de Santa Maria, 2009.

LOPEZ, André Porto Ancona. **O ser e o estar arquivista no Brasil de hoje**. In: Congresso Brasileiro de Arquivologia, 15, 2008, Goiânia. Anais... Goiânia: AAG. 2008. Disponível em <www.aag.org.br>. Acesso em: 20 jan. 2011.

MALDANER, Sandra Schinwelski. **Processos educativos & capital intelectual: um estudo do papel do arquivista nas instituições**. 2010. 78 f. Monografia (Especialização *Lato-Sensu*)

Gestão em Arquivos) – Universidade Federal de Santa Maria/Universidade Aberta do Brasil), Três de Maio, 2010.

MARQUES, Angelica Alves da Cunha. RONCAGLIO, Cynthia. RODRIGUES, Georgete Medleg Rodrigues. **A formação e a pesquisa em Arquivologia nas universidades públicas brasileiras**. I Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia/ Angélica Alves da Cunha Marques, Cynthia Roncaglio e Georgete Medleg Rodrigues, organizadoras. – Brasília: Thesaurus, 2011.

OLIVEIRA, Flávia Helena de. **As habilidades demandadas aos arquivistas para o exercício profissional no mercado de trabalho de Brasília**. In: Congresso Nacional de Arquivologia, 4, 2010, Vitória. Anais... Vitória: AARQES, 2010.

RAMOS, Elida Nascimento. **O aporte da noção de empreendedorismo na formação do arquivista**. 2008. Monografia (Graduação em Arquivologia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

RICHTER, Eneida Izabel Schirmer; GARCIA, Olga Maria Correa; PENNA, Elenita Freitas. **O arquivista**. In: Introdução à Arquivologia. Santa Maria: FACOS-UFSM: 2004. 2ª Edição, 110 p.

RODRIGUES, Camila Poerschke. **As políticas de preservação de documentos digitais na realidade do profissional arquivista atuante nas instituições de ensino superior do RS**. 2009. Monografia (Especialização em Gestão em Arquivos) – Universidade Federal de Santa Maria, 2009.

RODRIGUES, Mara Eliane Fonseca. **Relação ensino-pesquisa: em discussão a formação do profissional da informação**. DataGramZero, Rio de Janeiro, RJ, v.3, n.5, p. 1-12, 2002. Disponível em: < http://www.dgz.org.br/out02/Art_05.htm >. Acesso em: 15 set 2012.

SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. **Os desafios da formação do arquivista no Brasil**. In: Congresso Brasileiro de Arquivologia, 15, 2008, Goiânia. Anais... Goiânia: AAG, 2008. Disponível em: <www.aag.org.br>. Acesso em: 20 jan. 2011.

SOUZA, Katia Isabelli Melo de Souza. **Arquivista, visibilidade profissional: formação, associativismo e mercado de trabalho**/Kátia Isabelli Melo de Souza. – Brasília: Starprint, 2011.

STAHL, Sabrina Joana. **O mercado de trabalho para arquivistas nas prefeituras do RS**. 2008. Monografia (Especialização em Gestão em Arquivos) – Universidade Federal de Santa Maria, 2008.

ZANINI, Marco Antonio. **Estudo do perfil do servidor técnico administrativo em educação da UFSM com formação em Arquivologia**. 2010. Monografia (Especialização em Gestão em Arquivos) – Universidade Federal de Santa Maria, São João do Polêsine, 2010.